



Assembleia Municipal

ACTA Nº 09

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária, realizada no dia 30 de Setembro de 2010

Aos 30 dias do mês de Setembro de 2010 reuniu em sessão ordinária no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça a Assembleia Municipal de Alpiarça, na presença de todos os seus membros. A saber: Mário Raul Santiago do Céu, Ana Paula Agostinho Matias, João Vasco Rodrigues Peixinho, Maria Graciete Agostinho Brito, Fernando Manuel Pereira Ramalho, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Inês Nóbrega D'Aguiar, João Manuel de Jesus Brito, Lúcio António Vieira Amaral, Henrique Miguel Caetano Santana, Joana de Brito Monteiro Serrano, Marco António Heleno Domingos da Silva, Paulo Duarte Paulino Sardinheiro, António Alberto V. Costa e Carla Margarida Alves Raposo. Estiveram ainda presentes os vereadores Regina Ferreira, Luís Garrotes, Mário Peixinho e Carlos Pereira, bem como o Presidente da Câmara, Mário Pereira.

O Presidente da Assembleia deu início à sessão eram 21h15.

Período de Intervenção do Público

Depois de registar a inscrição de três munícipes – o munícipe Ricardo Hipólito, a munícipe Rosário Martins e o munícipe Luís Cristóvão – o Presidente da Mesa deu a palavra ao primeiro.

O munícipe Ricardo Hipólito começou por traçar a história da criação do Museu Etnográfico de Alpiarça, movimento que motivou

muitos alpiarcenses que graciosamente cederam peças para esse museu. Já com a autarquia gerida pelo Partido Socialista, o museu foi desactivado e as peças, segundo constou ao munícipe, foram abandonadas em vários locais, encontrando-se neste momento ou perdidas ou degradadas. O munícipe reconhece que esta Câmara nada tem a ver com os factos que narrou, mas entende que cabe agora a este Executivo reverter a situação. Assim, perguntou ao Presidente da Câmara se ele tem conhecimento do estado em que se encontram as peças do museu e se é sua pretensão reactivar o museu.

O Presidente da Mesa deu a palavra à munícipe Rosário Martins que falou sobre a sua situação laboral. A munícipe afirmou que estava colocada como auxiliar educativa na escola do Frade de Cima, escola que agora encerrou, tendo por isso sido recolocada na Escola E.B. 1, escola que fica longe do seu local de residência e onde não gosta de trabalhar. Depois de recorrer a várias instâncias, nomeadamente à Directora do Agrupamento de Escolas, ao Presidente da Câmara e aos vereadores, recorre agora à Assembleia Municipal no sentido de conseguir ver a sua situação resolvida já que entende que não deve ficar na escola onde foi colocada e que está a ser perseguida pela directora do Agrupamento. A munícipe defende ainda que sendo a Câmara a sua entidade empregadora, é esta entidade que tem soberania sobre esta questão.

Por último interveio o munícipe Luís Cristóvão que perguntou ao Executivo quando é que terminam as obras no Largo Vasco da Gama, já que se arrastam há muito tempo para prejuízo dos moradores.

Terminadas as intervenções dos munícipes, o Presidente passou a responder às perguntas que lhe foram colocadas. Sobre o museu etnográfico, o Presidente explicou que após tomada de posse ficou a saber que as peças estavam amontoadas em várias instalações da Câmara, algumas delas evidenciando alguma degradação. Afirmou também ser sua intenção reabilitar essas peças através da criação de um museu municipal, embora não pudesse prever para breve a concretização dessa intenção dada a situação financeira da Autarquia. Adiantou ainda que recentemente esteve reunido com a Associação dos Amigos da Casa-Museu dos Patudos que se disponibilizou a proceder a todo o trabalho de reinventariação das peças, ao mesmo tempo que a Câmara se comprometeu em disponibilizar um espaço e

afectar dois funcionários para a sua limpeza e manutenção. A Câmara cumpriu o seu compromisso, estando agora a iniciar-se o processo de limpeza e inventariação das peças. Resta agora à Câmara encontrar ou criar de raiz o espaço que albergará o Museu Municipal, tarefa bem mais complicada dada as implicações financeiras que acarreta. Em todo o caso, o Presidente afirmou estar empenhado em voltar a colocar estas peças no lugar que merecem, não só porque elas contam grande parte da nossa história local, mas também por um sentido de responsabilidade para com as pessoas que graciosamente disponibilizaram as peças.

Em relação à questão colocada pela munícipe Rosário Martins, o Presidente explicou que a gestão funcional dos recursos humanos afectos às escolas é feita pela Direcção do Agrupamento Escolar, já que é quem está no terreno quem melhor conhece as suas necessidades e melhor as pode colmatar. Assim sendo, o Presidente não se imiscui nesse assunto, até porque isso representaria uma desautorização da directora em funções. Em todo o caso, lembra que se a munícipe estava na Escola do Frade de Cima que encerrou e se o Jardim de Infância desse Lugar já tem uma funcionária a ele afecta, a munícipe teria de ser obrigatoriamente transferida para uma outra escola do mesmo agrupamento.

Por último, respondendo à questão colocada pelo munícipe Luís Cristóvão, o Presidente reconheceu o atraso na conclusão das obras e assumiu a parte da responsabilidade que cabe ao Executivo nesse atraso. Contudo, existiram dificuldades ao nível da própria concepção do projecto que ignorou a necessidade da colocação de cabos subterrâneos e que obrigou à posterior abertura de valas, com tudo o que isso implica de procedimentos burocráticos e técnicos. O Presidente prevê a conclusão dos trabalhos dentro de uma ou duas semanas. Em relação à estátua que iria ser colocada no local, a ideia teve de ser abortada já que parte constituinte da obra foi recentemente roubada.

Actas

Procedeu-se à apreciação e votação das actas nº 7 e 8.

Em relação à acta nº 7, intervieram com sugestões os deputados Graciete Brito, Fernando Ramalho e Inês D'Aguiar.

A deputada Graciete Brito mostrou-se indignada por não estar retratado na acta o momento em que teria sido ofendida por alguém do público que lhe terá chamado “estúpida”, lamentando que por parte da Mesa da Assembleia não tenha sido tomada qualquer atitude.

Após o que o Presidente da Assembleia interrompeu a sessão para se reunir em privado com os líderes de Bancada.

Retomada a sessão, procedeu-se à votação da acta com as alterações propostas pelos deputados. A acta foi aprovada por maioria com 2 abstenções.

Em relação à acta nº 8 intervieram os deputados Paulo Sardinheiro, Fernando Ramalho, Graciete Brito, Celestino Brasileiro, Inês D’Aguiar, João de Brito e o Presidente da Assembleia. Com as alterações propostas por estes deputados a acta foi aprovada por maioria com 4 abstenções.

Os deputados João Peixinho e Carla Raposo fizeram declaração de voto, justificando a sua abstenção no facto de não terem estado presentes na última sessão.

Período Antes da Ordem do Dia

A deputada Joana Serrano leu uma moção de louvor ao centenário da Implantação da República.

Sobre esta moção interveio o deputado Fernando Ramalho afirmando concordar na generalidade com o seu teor, mas lamentando a ausência de menção ao papel fundamental desempenhado nesse processo pelo nosso conterrâneo José Relvas.

O deputado Celestino Brasileiro reconheceu o lapso e por isso pediu uma breve interrupção dos trabalhos a fim de se introduzir um parágrafo mencionando o papel de José Relvas na implantação da República.

Intervenção do deputado João de Brito afirmando que, tendo em conta o reconhecimento do lapso por parte da Bancada da CDU, iria votar favoravelmente esta moção.

O Presidente da Assembleia deu autorização para interromper a sessão.

Decorrido o período de interrupção, e assim que os trabalhos foram retomados, a deputada Joana Serrano leu a moção com as alterações introduzidas.

Com as alterações introduzidas, a moção foi aprovada por unanimidade.

O deputado Marco Silva leu em seguida, em nome da sua bancada, um voto de protesto pela implementação de um novo Plano de Estabilidade e Crescimento, plano que fomentará ainda mais desequilíbrio social no país.

Sobre esta moção, pronunciou-se o deputado Fernando Ramalho afirmando concordar com o elencar das consequências das medidas anunciadas no dia anterior a esta Assembleia Municipal, medidas essas que comprometem a economia portuguesa. No entanto, lembra que os governos são muitas vezes forçados, a contragosto, a tomar decisões duras para as populações e que a causa da crise é transversal a todos os países e alicerça-se na concorrência desleal instalada nos mercados internacionais com a presença de novos parceiros, nomeadamente a China, país que se reivindica da ideologia comunista e para o qual escorrem os capitais financeiros, mesmo que lá se trabalhe 18h por dia, fazendo com que os seus produtos nos cheguem a preços muito mais baratos, com todas as consequências para a economia que daí advém. O deputado lembrou que o governo português não é o único a fazer aprovar medidas penalizadoras para a sua população. Assim, concordando embora em alguns aspectos com a análise que é feita nesta proposta, mas vendo o quadro mais geral da situação do país e da situação económica internacional, o deputado votará contra a moção.

Interveio em seguida o deputado João de Brito que, em relação a esta moção, propôs que a CDU identificasse a qual dos PEC's se refere, uma vez que já existem 3 diferentes. De resto, está de acordo com o essencial da moção.

O deputado Celestino Brasileiro interveio por fim respondendo a uma questão lançada pelo deputado Fernando Ramalho que perguntava pelo que estava na origem da necessidade de se tomar

medidas tão penalizadoras. Se o deputado da bancada socialista entende que o que despoletou esta necessidade foi a crise dos mercados internacionais, para o deputado Celestino Brasileiro a origem deste problema foram as políticas erradas dos governos socialistas.

Passou-se à votação deste voto de protesto, tendo sido aprovado por maioria com 1 abstenção da deputada Graciete Brito e 5 votos contra da restante bancada do PS.

Entrando no período de questões sobre assuntos fora da ordem de trabalhos, a deputada Graciete Brito referiu a menção feita pelo Secretário de Estado aquando da inauguração de Alpiagra a uma verba que seria atribuída ao município de Alpiarça pelos prejuízos causados pelas últimas intempéries. A deputada pretende saber como é que essa verba vai ser utilizada e a forma como foi concedida, e pretende igualmente conhecer o ponto de situação no que toca ao Plano de Saneamento Financeiro.

A deputada focou em seguida o problema das descargas de afluentes na Vala de Alpiarça. Esta situação era muito criticada pela CDU quando o PS estava na maioria, mas agora que passou um ano sobre a tomada de posse da gestão comunista a Vala continua a sofrer este tipo de descargas poluentes de natureza desconhecida. A deputada perguntou o que é que estava a ser feito para resolver esta situação.

Por último, a deputada referiu-se ao programa de actividades para as comemorações do centenário da República, programa que considera exíguo, e perguntou se não estavam previstas nenhuma outras actividades que dessem a estas comemorações o destaque que merecem numa vila tão relevante para o processo que se comemora como Alpiarça.

Interveio em seguida o deputado Paulo Sardinheiro mencionando com desagrado o facto de o ano lectivo se ter iniciado com obras ainda a decorrer na Escola E.B. 1.

Sobre a Alpiagra, o deputado deu conta que lhe foram transmitidos alguns comentários negativos e referiu a pouca afluência de público. Pediu ao Executivo para fazer o seu próprio balanço desta

edição da Feira, apontando os custos associados, a receita, o preço por visitante, etc.

Tomou a palavra em seguida o deputado João de Brito para perguntar ao Executivo sobre a forma como os legados dos vários beneméritos que deixaram bens à Câmara de Alpiarça estão a ser geridos, nomeadamente os legados de José Relvas, de Manuel Nunes Ferreira e de Álvaro Simões. O que o deputado pretende saber é se a Câmara tem poderes administrativos sobre estes legados e se o administrador desses legados presta informações da gestão financeira desses bens à Autarquia.

O deputado perguntou também por que motivo os cartazes alusivos à Festa do Avante, que já terminou, ainda se encontram afixados nas ruas de Alpiarça.

Em terceiro lugar, o deputado voltou a questionar sobre a situação da AgroAlpiarça e perguntou se o Executivo já tinha pensado num plano de recuperação financeira da cooperativa.

Por último, o deputado referiu-se às Piscinas Municipais e à alegada ausência de um nadador-salvador com competências certificadas nos quadros da Câmara. Para além disso, o deputado afirmou que lhe fizeram chegar que em determinadas horas do dia não se encontra ninguém na recepção das piscinas e que existe alguma agressividade por parte de um funcionário para com os utentes desse equipamento. O deputado pretende ver estas informações confirmadas ou infirmadas pelo Executivo.

Intervenção da deputada Ana Margarida do Céu que questionou o Executivo sobre a existência de animais abandonados no Concelho e quais as medidas que pretende implementar para solucionar este problema.

Interveio em seguida o deputado Celestino Brasileiro que começou por congratular a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal pela realização do Festival do Melão, repondo a justiça no que se refere ao reconhecimento da opinião pública do facto de que a maioria dos produtores de melão são de Alpiarça.

O deputado falou em seguida da Alpiagra, manifestando opinião contrária à do deputado Paulo Sardinheiro, já que entende que a edição deste ano foi um sucesso. Contribuiu para esta opinião aquilo que o deputado considera terem sido os bons espectáculos desta edição, muitos deles protagonizados por artistas locais; a boa afluência de público, ao contrário da opinião do deputado Paulo Sardinheiro; e as críticas positivas que ouviu por parte da população de Alpiarça sobre as novidades introduzidas. Posto isto, o deputado acrescentou que entende que existem ainda vertentes em que a Feira pode ser melhorada, nomeadamente no que respeita à vertente agrícola que pode estar melhor representada. Ainda assim, a agricultura biológica esteve presente no certame e realizaram-se debates e conferências sobre o assunto, primeiros passos para aquilo que se pretende que seja o maior peso da componente agrícola na Alpiagra. Por último, em relação aos espectáculos, o deputado realçou mais uma vez a participação de artistas locais e evocou as dificuldades financeiras da Câmara que inibiram a contratação de artistas mais caros, tendo-se optado ao invés por uma gestão mais consciente.

Para terminar, o deputado realçou ainda o facto de este ano pela primeira vez se iniciarem as actividades de enriquecimento curricular no Agrupamento Escolar a tempo e horas.

Intervenção do deputado Lúcio Amaral que perguntou ao Executivo que medidas estão a ser tomadas ou podem vir a ser tomadas para resolver os problemas com os esgotos pluviais, que muitas vezes não têm capacidade para fazer frente ao volume de água e acabam por ser canalizados para os esgotos domésticos.

Tomou a palavra em seguida o deputado Fernando Ramalho. O deputado começou por manifestar a sua desilusão ao tomar conhecimento do programa das comemorações do centenário da República. Para o deputado, dada a posição de Alpiarça no âmbito destas comemorações, devia ter-se pensado num programa mais substancial.

Depois, pegando nas palavras do deputado Celestino Brasileiro, o deputado também se congratulou com a realização do Festival do Melão. Demonstrou contudo alguma descrença no que toca ao verdadeiro alcance do certame a nível dos objectivos a que se propôs.

Ainda assim considera que se trata de uma boa ideia que deve ser trabalhada, pelo que o deputado espera que não lhe aconteça o mesmo que aconteceu à Feira do Vinho.

O deputado pediu esclarecimentos em relação ao projecto de recuperação da Casa dos Patudos, que segundo entendeu aquando da apresentação do projecto, contemplava a criação do Museu Etnográfico no espaço onde hoje estão situadas as adegas.

Em relação à Alpiagra, o deputado afirmou que considera que foi uma feira digna, simplesmente esperava algo mais, novas ideias, algum arejamento. Mas a verdade é que o deputado não deu conta de nenhuma novidade de monta, a feira limitou-se a ser o que já era.

Interveio em seguida a deputada Inês D'Aguiar. A deputada evocou a acta da Assembleia de 24 de Junho de 2008 onde consta a transcrição da sua intervenção que dava conta da necessidade de efectuar as obras na Escola E. B. 1 que só agora, dois anos depois e com nova maioria, se iniciaram. A deputada defendeu que o atraso nas obras não é de dois meses, como propunha o deputado Paulo Sardinheiro, mas de dois anos.

Enalteceu ainda a colocação de quadros interactivos nas salas de aulas da mesma escola, empreendimento que já constava no programa eleitoral da CDU.

Sobre a Alpiagra, a deputada distinguiu falta de visitantes de falta de consumo, acentuando esta segunda interpretação do que aconteceu na Feira e responsabilizando os governos socialistas pela falta de poder de compra dos portugueses.

Já em relação às comemorações do centenário da República, a deputada realçou a dualidade de critérios da Bancada do PS relativamente a esta efeméride e às comemorações do 25 de Abril.

Por último interveio novamente o deputado Paulo Sardinheiro que se mostrou surpreendido com as declarações da deputada Inês D'Aguiar, uma vez que o deputado se tinha limitado a confrontar o Executivo com o facto de as obras na escola terem começado com atraso, ainda que o próprio deputado tivesse alertado em Junho o Executivo para a necessidade desta intervenção, fazendo com que os trabalhos não estivessem concluídos aquando do início do ano lectivo.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara que passou a responder às questões que lhe foram dirigidas. O Presidente começou por realçar as declarações do Secretário de Estado da Administração Local aquando da inauguração da Alpiagra, momento em que Secretário de Estado assumiu publicamente os graves problemas financeiros por que passa a Autarquia de Alpiarça, indo ao encontro do que há tanto tempo a CDU vem alertando e de encontro ao que o PS há tanto tempo vem negando ao não reconhecer os erros de gestão do PS à frente da Autarquia.

Quando às verbas a serem transferidas, o Presidente ecoou as palavras do Secretário de Estado que anunciou na inauguração da Feira o despacho favorável a uma candidatura da Autarquia ao programa da recuperação dos locais danificados pelas intempéries do último Inverno. Esta candidatura foi contemplada com um verba global de cerca de 800.000,00€ que vai ser utilizada na recuperação de um conjunto de arruamentos e estradas do Concelho, sobretudo em espaço rural.

Já em relação ao Plano de Saneamento Financeiro, o Presidente informou que o empréstimo já foi assinado entre a Câmara e a entidade bancária que o concedeu, faltando apenas o visto do Tribunal de Contas para a implementação efectiva do Plano.

Quanto às descargas na Vala, o Presidente reconhece que o problema persiste, com a diferença de que agora o Executivo não desvaloriza o problema. Existe já um acordo de âmbito intermunicipal para o subsistema Alpiarça-Almeirim que prevê uma intervenção no valor de cerca de 3.000.000,00€ ao nível da ETAR intermunicipal e das estações elevatórias, com vista à solução deste problema. Para além das descargas de afluentes, o Presidente admitiu a existência de outro tipo de descargas ilegais, acrescentando que a Câmara se tem esforçado por monitorizá-las e comunicá-las às autoridades competentes.

Sobre as comemorações do centenário da República, o Presidente chamou a atenção para uma nota de rodapé que afirmava que este programa dizia respeito apenas ao dia 5 de Outubro e que oportunamente se revelaria o programa completo das comemorações que se prolongarão até meados de 2011. A Câmara entendeu não concentrar no dia 5 de Outubro o essencial das comemorações para

poder dar alguma visibilidade exterior às iniciativas. Como todos sabem, o dia 5 de Outubro é comemorado a nível nacional e dificilmente as iniciativas da Câmara de Alpiarça teriam a projecção que merecem se decorressem em simultâneo com as comemorações nacionais. O Presidente lembrou que em breve se assinalará a data da morte de José Relvas em 31 de Outubro e que esse será um bom pretexto para dar ênfase em Alpiarça às comemorações do centenário da República.

Neste ponto o Presidente da Assembleia interrompeu para questionar a Assembleia se estaria na disposição de continuar a sessão uma vez que era meia-noite.

Interveio a deputada Graciete Brito que dado o adiantado da hora e o facto de ter de ir trabalhar no dia seguinte só estaria disponível para continuar por mais meia hora, uma vez que tinha que descansar.

O deputado Fernando Ramalho solidarizou-se com a deputada Graciete Brito.

Com estas duas oposições, os trabalhos continuaram por decisão da maioria.

Retomando a sua intervenção, o Presidente da Câmara referiu-se às obras na escola E.B.1 dizendo que a intenção era tê-las concluídas antes do início do ano lectivo. Por questões burocráticas associadas ao lançamento de concursos e outros procedimentos administrativos, o início das obras teve de ser adiado. Mesmo assim, o Presidente assumiu o risco de as obras se prolongarem para além da data de início de aulas, preferindo esse risco à não realização das obras de melhoramento, que assim teriam de ser adiadas por mais um ano, com prejuízo para toda a comunidade escolar.

Sobre a Alpiagra, o Presidente remeteu a sua resposta para as considerações tecidas pelo deputado Celestino Brasileiro sobre o mesmo assunto. Quanto aos custos, o Presidente ainda não está em condições de apresentar valores definitivos, mas pode adiantar que a feira deverá ter tido um custo na ordem dos 102.000,00€, substancialmente menos do que foi gasto nos anos transactos. Em todo o caso, o Presidente reportou para a próxima sessão a apresentação comparativa dos números da Alpiagra 2010.

Abordando a questão dos legados em Lisboa de José Relvas, Manuel Nunes Ferreira e Álvaro da Silva Simões, o Presidente propôs trazer o assunto na próxima sessão depois de melhor se inteirar do dossier. Em todo o caso, informou que o administrador desse património é o Dr. Fernando Ramalho.

Quanto ao facto de os cartazes do PCP ainda não terem sido retirados, ao contrário dos da Alpiagra, o Presidente lembrou que a Câmara não retira propaganda partidária. Os da Câmara foram retirados pelo pessoal da Câmara e os do PCP terão de ser retirados pelo PCP.

Já em relação às piscinas municipais, a informação de que o Presidente dispõe é que as piscinas têm pessoas competentes para intervir nesta área.

No que toca ao projecto da requalificação da Casa dos Patudos, o Presidente afirmou que este, tal como foi aprovado e posto em prática, não contempla a criação do museu etnográfico.

O Presidente deu a palavra ao Vereador Mário Peixinho que afirmou estar convicto de ter encontrado a solução para a AgroAlpiarça, apesar de a situação ser, como todos sabem, muito complicada. O Vereador declarou que na próxima sessão já deverá estar em condições de apresentar o projecto para a cooperativa. Em todo o caso, o Vereador afirmou que enquanto este Executivo estiver em funções a AgroAlpiarça não vai acabar.

Quanto aos animais abandonados, o Vereador lembrou que o canil da Câmara não está legalizado, requisito a que a autarquia está obrigada a cumprir, bem como a requerer um visto da Associação Nacional de Veterinários. Em 12 anos o Executivo PS não foi capaz de legalizar o canil, pelo que cabe agora a este Executivo fazer cumprir o que está previsto na lei.

No que toca aos esgotos pluviais, o Vereador explicou que o problema que existe é um problema estrutural, uma vez que muitos esgotos domésticos estão ligados a esgotos pluviais e vice-versa, o que coloca muitas entraves à resolução deste problema, uma vez que os esgotos estão enterrados e não se conseguem vislumbrar. O Vereador defendeu que a solução terá obrigatoriamente de passar por

uma inspecção rigorosa a todas as casas, algo que, mais tarde ou mais cedo, terá de acontecer.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro que pediu ao Executivo para na próxima sessão da Assembleia Municipal trazer o balanço da Alpiagra em termos de receitas e de custos, uma vez que o PS tem uma perspectiva diferente daquilo que foi esta edição da Feira e gostava de a debater na presença de dados concretos.

Neste momento da sessão a deputada Graciete Brito abandonou a sessão, decorriam as 00h37.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro que lembrou a saúde financeira da AgroAlpiarça em 1997 quando tinha 150.000,00€ de dívida à banca e produto em stock de valor superior à dívida. Em 2001, o passivo da AgroAlpiarça tinha aumentado para 1.125.000€. Em 2005, o passivo já atingia 1.574.000€. E hoje, depois de se ter alienado praticamente todo o património, o passivo é de cerca de 800.000€. O deputado é peremptório em relação a quem deve ser imputada a culpa deste descalabro financeiro.

Período da Ordem do Dia

- Ponto 1 – Informação Escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº1 do artº 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.

O Presidente da Câmara passou a apresentar oralmente a informação escrita da actividade do Município.

A deputada Ana Margarida do Céu abandonou a sessão às 00h58.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro pedindo esclarecimentos sobre as reuniões com a Sagres e a Somague, bem como relativamente à assinatura do protocolo com a S.F.A. 1º Dezembro.

O Presidente da Câmara informou que a reunião com a Sagres teve como objecto o patrocínio desta empresa à Alpiagra. Já em relação à Somague, a reunião prendeu-se com a negociação da dívida

da Câmara a essa empresa. Por último, em relação ao protocolo com a S.F.A., o Presidente explicou que este tinha por base a continuidade do protocolo que já existia antes para o funcionamento da escola de música.

- Ponto 2 – Apreciação e votação das alterações ao Regulamento das Bolsas de Estudo para alunos do secundário.

Não houve inscrições.

Aprovado por unanimidade com duas ausências.

- Ponto 3 – Apreciação e votação do Regulamento do Serviço Municipal de Protecção Civil do Município de Alpiarça.

Não houve inscrições.

Aprovado por unanimidade com duas ausências.

- Ponto 4 – Apreciação e votação da Modificação ao Orçamento – Revisão nº1 para o ano de 2010.

Interveio o deputado Paulo Sardinheiro perguntando ao Executivo quais foram especificamente as alterações e de onde provêm os valores que agora se incluem.

Intervenção do deputado João de Brito que sugeriu que o deputado Fernando Ramalho, também administrador dos legados da Câmara em Lisboa, fizesse o ponto de situação do estado dos imóveis e fizesse o balanço financeiro dos arrendamentos desses mesmos imóveis, a fim de se perceber que lucros ou prejuízos para a autarquia estão subjacentes à gestão desse património.

O Presidente da Câmara alegou que o deputado Fernando Ramalho está nesta Assembleia enquanto eleito e não enquanto administrador dos legados da Autarquia. O administrador faz chegar à Câmara toda a informação relativa à sua actividade, informação que o Presidente fará chegar depois aos deputados. Em todo o caso, o Presidente é da opinião de que não se deve correr o risco de misturar e confundir as duas actividades do eleito Fernando Ramalho, ao julgar estar a responder como eleito a uma questão que se coloca como

administrador dos legados. Mas tendo em conta que o deputado manifestou vontade de responder, o Presidente acede ao seu pedido.

O Presidente acrescentou ainda que, independentemente dos lucros ou prejuízos que a gestão dos legados gere, a Câmara está obrigada por disposições testamentárias a manter os legados. O Presidente reconhece que a gestão dos legados tem um peso muito grande – até porque aquilo que dava lucro há algumas décadas atrás, agora não dá – quer por via das rendas baixas e da desvalorização dos prédios, quer por via do investimento a que a Câmara está obrigada para assegurar a manutenção dos edifícios.

O deputado Fernando Ramalho começou por explicar que a sua função de administrador dos legados da Câmara em Lisboa teve início há cerca de 10 anos quando foi contactado pela Autarquia a fim de lhe solicitarem o acompanhamento de 3 prédios de que a Câmara era proprietária. Uma vez que o deputado tinha um escritório em Lisboa com serviços de apoio e secretariado, entendeu que podia perfeitamente assumir as funções para as quais fora solicitado. Em relação aos honorários, o deputado não fez nenhuma exigência, limitando-se a aceitar o que era pago ao administrador que exerceu funções antes dele, valor que se cifra na ordem dos 300€ mensais e que durante o período de mais de uma década nunca foi actualizado, mantendo-se actualmente no mesmo exacto valor.

No que toca às suas funções como administrador, o deputado explicou que elas passam pelo atendimento das várias dezenas de inquilinos que arrendaram apartamentos à Câmara há mais de 30 ou 40 anos e que são agora arrendatários de prédios degradados, pelo que as reclamações são de ordem mais diversa e com frequência elevada; passam também pela solicitação de reparações que se tornam mais urgentes; pela elaboração de novos contratos; pelo controlo do pagamento das rendas; em suma, pelo acompanhamento diário de tudo o que diz respeito a prédios degradados arrendados.

Em relação ao património em si, o deputado começou por se referir ao prédio da Amadora, que está integralmente arrendado à excepção de um apartamento, com rendas que em média não ultrapassam os 80€, igualmente com excepção de um caso cuja renda foi renegociada por cima. Em relação ao prédio na Avenida de Berna, o deputado informou que este se encontra profundamente

degradado. Os apartamentos que vagam não se conseguem arrendar a menos que se façam obras de reparação, já que não estão em condições de habitabilidade. Já no que toca aos arrendamentos, os valores das rendas não são muito elevadas, mas talvez justifiquem a manutenção do prédio. Por último, referente ao prédio na Rua Tomás da Anunciação, o deputado informou que há um espaço comercial que foi sujeito a obras mas que não se consegue arrendar porque ainda não se encontra nas devidas condições. De resto, os restantes apartamentos estão arrendados. Mais informou que este prédio sofreu obras de reparação durante o último mandato. Quanto aos arrendamentos, o deputado informou que no que toca a este prédio já foi ele que tratou de alguns dos contratos, tendo conseguido arrendamentos mais consentâneos com o valor de mercado, pelo que apresenta um saldo positivo.

Em geral não se pode dizer que este património cause prejuízos à Câmara, mas também não se pode dizer que rendam o que podiam render, tendo em conta os valores dos arrendamentos antigos.

A nível pessoal, o deputado esclareceu que aquando da formação das listas para as eleições autárquicas contactou o anterior Presidente a quem pôs o lugar à disposição. Na altura foi-lhe comunicado que não havia nenhuma incompatibilidade, pelo que continuou a exercer as funções que desempenhava. Aquando da eleição deste novo Executivo, o deputado voltou a colocar o cargo à disposição, mas foi-lhe negada a pretensão pelas mesmas razões, pelo que o deputado tem continuado a colaborar da mesma forma que vinha fazendo.

O deputado acrescentou ainda que a nível testamental está definido que os saldos positivos provenientes da administração deste legado devem ser transferidos para a Fundação José Relvas, pelo que à Câmara cabe apenas administrar o legado sem daí retirar proveitos.

Por último, o deputado acrescentou outra informação que diz respeito aos pagamentos que ele próprio adianta do seu bolso, como seja para remuneração das empregadas de limpeza ou alguma taxa a que a Câmara, enquanto proprietária, está obrigada a pagar. Esses pagamentos que o deputado assume são depois reembolsados pela Câmara, situação que pode e tem dado azo a alguns mal entendidos.

O Presidente respondeu à questão do deputado Paulo Sardinheiro explicando que a inclusão de 59 mil euros no orçamento resulta do saldo da tesouraria apurado em Abril com respeito ao final do ano precedente e só posteriormente incluído no orçamento.

Posto à votação, este ponto foi aprovado por unanimidade com ausência de 2 deputados.

- Ponto 5 – Apreciação e votação da Modificação às GOP's. Revisão nº1 para o ano de 2010.

Não houve inscrições.

Aprovado por unanimidade com ausência de 2 deputados.

- Ponto 6 – Apreciação e votação das taxas de Imposto de Imóveis (IMI) para o ano de 2011.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro que sugeriu a criação de um mecanismo que permitisse alterar as taxas ao longo do ano para permitir a sua revisão caso haja majoração das mesmas por imposição do Governo.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho que afirmou ser sua intenção votar favoravelmente esta proposta, uma vez que não representa nenhuma alteração aos valores aprovados pelo Executivo anterior. Realçou contudo que agora seja a CDU a apresentar os valores máximos, depois de tanto criticar essa prática nos seus antecessores.

Interveio em seguida o deputado João de Brito. O deputado mostrou-se desfavorável à majoração de 30% a aplicar aos prédios urbanos degradados. Entende que esta majoração afecta principalmente os mais necessitados, já que muita gente não tem recursos financeiros para fazer obras nos seus imóveis. Por este motivo o deputado vai votar contra esta proposta.

A deputada Inês D'Aguiar explicou que a CDU não mudou a sua posição. Continua a entender que não se devem aplicar as taxas máximas. Segundo a deputada esta posição deve-se à grave situação financeira da Câmara, herança deixada pelo Partido Socialista, pelo que, não resta ao Executivo da CDU outra possibilidade a não ser

manter estes valores. A deputada entende por isso que será provisoriamente, até que se consiga debelar a grave situação financeira da Autarquia.

Intervenção do Presidente da Câmara que começou por responder ao deputado Paulo Sardinheiro explicando que a sua sugestão não é exequível, uma vez que a deliberação tem de ser comunicada à Direcção Geral de Impostos até ao dia 30 de Novembro, com validade de um ano, e, tanto quanto o Presidente sabe, sem possibilidade de reajustes posteriores. Em todo o caso, o Presidente recordou que o Plano de Saneamento Financeiro tem como condição para a sua implementação a adopção das taxas máximas.

Em relação à argumentação do deputado João de Brito, o Presidente explicou se manteve esta majoração como sinal de que será vantajoso para todos que os prédios degradados sejam recuperados e valorizados. Mas em termos de aplicação dessa majoração, ela dificilmente será aplicada já que compete à Câmara fazer a fiscalização dos prédios que se encontram nestas condições e a Câmara não tem meios para tal.

Aprovado por maioria com 13 votos a favor e 1 voto contra por parte do deputado João de Brito. Assinalou-se ainda 2 ausências da sala.

- Ponto 7 – Apreciação e votação das Taxas de Derrama para o ano de 2011.

Não houve intervenções.

Aprovado por unanimidade com 2 ausências.

- Ponto 8 – Apreciação e votação da proposta de percentagem da participação variável no IRS.

Não houve intervenções.

Aprovado por unanimidade com 2 ausências.

- Ponto 9 – Apreciação e votação da Taxa Municipal dos Direitos de Passagem /TMDP).

Não houve intervenções.

Aprovado por unanimidade com 2 ausências.

Período de Intervenção do Público

Não houve inscrições.

Posto o que se confirmou o abandono da sessão pelas deputadas Graciete Brito e Ana Margarida Céu.

Por último, procedeu-se à leitura da minuta da acta tendo sido aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, foi pelo Presidente da Mesa encerrada a sessão, da qual se redigiu a presente acta. Que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____